

**GÊNERO, TRABALHO E JUVENTUDE: uma investigação sobre as jovens mulheres
que não estudam e não trabalham em Minas Gerais**

Alessandra Kadar

Anna Clara Mattos

Bruno Lazzarotti

Lorena Auarek

Resumo

Este artigo tem como objetivo analisar o perfil das jovens mulheres que não estudam e não desempenham atividade remunerada (NEET) e os fatores que impactam as perspectivas desse grupo na educação e no mercado de trabalho em Minas Gerais. Dessa forma, o recorte escolhido para a análise dos jovens NEET, baseada nos resultados encontrados pela revisão bibliográfica, aborda as desigualdades dentro do mercado de trabalho e da longevidade educacional, devido à divisão sexual do trabalho e aos papéis de gênero em uma sociedade patriarcal, podendo prejudicar de modo desigual as jovens mulheres, e a influência do gênero, da raça e da classe sobre a probabilidade em ser um jovem que não estuda e não trabalha. Para essa análise, foram utilizados os microdados da PNAD Contínua para o ano de 2019 sobre a população de mulheres entre 15 a 24 anos, a partir do recorte espacial específico de Minas Gerais, considerando variáveis espaciais, de raça, de renda, de trabalho e de escolaridade. A literatura sobre o tema complementa essa análise, possibilitando a comparação e a observação de possíveis padrões.

Palavras-chave: Juventude. Gênero. Divisão sexual do trabalho.

Abstract

This article aims to analyze the profile of young women who are neither in employment nor in education or training (NEET) and the factors that impact the perspectives of this group in education and the labor market in Minas Gerais. In this way, the cutout chosen for the analysis of NEET young people, based on the results found by the bibliographic review, addresses inequalities within the labor market and educational longevity, due to the sexual division of labor and gender roles in a patriarchal society, which may harm young women unequally, and the influence of gender, race, and class on the likelihood of being a young person who does not study and does not work. For this analysis, microdata from the PNAD Contínua for the year 2019 on the population of women between 15 and 24 years of age were used, based on the specific spatial area of Minas Gerais, considering spatial, race, income, work, and schooling variables. The literature on the subject complements this analysis, enabling the comparison and observation of possible patterns.

Keywords: Youth. Gender. Sexual division of labor.

Os autores agradecem à Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais pelo financiamento do projeto Impactos das Desigualdades Social sobre a Juventude Brasileira, que permitiu a pesquisa e apresentação do presente artigo. Agradecem também à professora Nícia Raies, pela orientação para a elaboração da pesquisa apresentada neste artigo.

1 INTRODUÇÃO

O fenômeno caracterizado pela existência de jovens que não estudam, não trabalham de forma remunerada e não procuram emprego foi categorizado pela primeira vez nos anos 90, tornando-se um fator de preocupação e estudo desde então (SIMÕES et al, 2013). Essa condição, em alguns casos, pode levar a situações de vulnerabilidade socioeconômica para esse grupo, comprometendo sua mobilidade social e suas oportunidades presentes e futuras, além de impactar negativamente a economia como um todo. Inicialmente, essa categoria foi chamada de “nem nem” ou, em inglês, *neither in employment nor in education or training* (NEET), com uma carga de simplificação e negatividade que cria preconceitos sobre um fenômeno complexo que pode ser influenciado por questões diversas que merecem atenção particular (SILVA; MAYORGA, 2022). Essa visão associa a juventude à ociosidade, pobreza e criminalidade, desconsiderando a observação atenta aos motivos do enquadramento nesta categoria, que incluem ocupações não reconhecidas nas pesquisas, como o trabalho doméstico, o voluntariado e a educação não formal.

Ademais, há outras variáveis que evidenciam a diversidade de questões sociais relacionadas à categoria, como as oportunidades disponíveis e o preconceito contra pessoas com deficiência (PCD), que dificultam severamente a inserção no mercado de trabalho (NOVELLA et al., 2018), além das questões raciais e de renda. Outro aspecto da complexidade do fenômeno - que será abordado com maior profundidade no trabalho - pode ser evidenciado com o recorte de gênero, que revela desigualdades presentes dentro dessa população, visto que a predominância de mulheres entre esse grupo leva a acreditar que há uma feminização da categoria, em consequência da divisão sexual do trabalho, que deixa a encargo das mulheres os trabalhos doméstico e de cuidado, não reconhecidos como ocupação na categoria NEET. Os desafios para as mulheres na educação formal e no mercado de trabalho vão além da discriminação enfrentada, envolvendo a divisão sexual do trabalho, a sobrecarga da população feminina por múltiplas jornadas, a falta de apoio durante a gravidez e as atividades domésticas e de cuidados com crianças e idosos.

Considerando esses apontamentos, é necessário discutir o não reconhecimento do trabalho doméstico e de cuidados com os filhos e idosos, realizado, em sua maior parte, por mulheres, o que limita suas perspectivas e oportunidades no mercado de trabalho. Além disso, é fundamental realizar uma análise interseccional de raça, gênero e classe, considerando os fatores que aumentam a vulnerabilidade de certos grupos e as formas

Os autores agradecem a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais pelo financiamento do projeto Impactos das Desigualdades Social sobre a Juventude Brasileira, que permitiu a pesquisa e apresentação do presente artigo

como as desigualdades afetam as oportunidades individuais. Nesse sentido, o objetivo deste artigo é compreender o perfil dessas jovens mulheres e os fatores que impactam suas perspectivas no mercado de trabalho de Minas Gerais, explorando principalmente o impacto do trabalho não remunerado e das variáveis de raça e de classe sobre essa categoria. Investiga-se a feminização dessa categoria pelo não reconhecimento de trabalhos não remunerados e a desigualdade de oportunidades entre os jovens, decorrentes das desigualdades de gênero, raça e classe.

Orientado nesse sentido, o trabalho parte de uma revisão bibliográfica sobre o tema, apresentando as bases para a análise na literatura feminista, complementada pela revisão de trabalhos sobre a categoria de jovens que não estudam e não trabalham, incluindo estudos similares localizados em outros momentos e espaços. Em seguida, apresenta-se a análise dos dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD-C) 2019, avaliando as variáveis de interesse para a compreensão dos impactos das desigualdades de gênero, raça e classe sobre a frequência escolar e a ocupação entre os jovens. Dessa forma, busca-se interpretar a realidade de Minas Gerais, apontando os impactos da desigualdade de gênero - que se sobrepõe a outras formas de opressão - sobre as oportunidades das jovens mineiras.

2 REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

A discussão sobre a categoria de jovens que não estudam e não trabalham de forma remunerada envolve uma série de questões que definem essa condição, na medida em que há particularidades que podem ser consideradas, criando múltiplas formas de delimitação desse grupo. Simões et al. (2013) aponta quatro dificuldades principais ao incorporar este conceito ao debate público, sendo o primeiro a própria definição do recorte etário, ou seja, qual faixa etária corresponde à juventude. O autor argumenta que, apesar das variações na classificação em diferentes países, no Brasil - seguindo o padrão estadunidense - a faixa etária que comumente se refere aos jovens nas estatísticas é a que vai de 16 a 24 anos, período em que espera-se que ocorra a transição entre a escola e o mercado de trabalho.

O segundo problema está na caracterização do status, ou seja, das condições para o enquadramento no grupo, visto que há situações em que a ausência de vínculos com o mercado de trabalho ou com a educação formal não significa necessariamente ociosidade ou inatividade (SIMÕES et al. 2013). Principalmente no caso das mulheres, a ocupação com trabalho doméstico e com o cuidado com crianças e idosos pode ser motivo de afastamento do mercado de trabalho e da escola. Ademais, o envolvimento em outras atividades não

Os autores agradecem a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais pelo financiamento do projeto Impactos das Desigualdades Social sobre a Juventude Brasileira, que permitiu a pesquisa e apresentação do presente artigo

remuneradas - como o engajamento em movimentos sociais, ações voluntárias e atividades de desenvolvimento sem vínculo à educação formal - é desconsiderado na categoria NEET, apesar de não representarem uma preocupação. O problema temporal também é levantado, observando a dinamicidade das mudanças na vida das pessoas mais jovens, de modo que o retrato do grupo em um determinado momento pode não conseguir distinguir a inatividade duradoura daquela de pequena duração.

Por fim, há dificuldade em distinguir os jovens inativos por opção dos inativos por fatores que independem de sua escolha. Nessa linha, o autor aponta a existência de fatores institucionais e estruturais externos ao indivíduo que podem causar a inatividade. Os fatores institucionais incluem as diferentes oportunidades oferecidas aos jovens ao longo de sua trajetória educacional, envolvendo mecanismos de exclusão, de transição escola-trabalho e de suporte na escolha profissional, além das oportunidades oferecidas no mercado de trabalho. Os fatores estruturais, por sua vez, se relacionam à renda, à raça, ao gênero, ao local de moradia e às demais condições que determinam as circunstâncias em que se insere o jovem. Dessa forma, não se deve considerar o grupo de jovens que não trabalham e não estudam como homogêneo, na medida em que há particularidades, circunstâncias e características distintas que determinam essa condição (SIMÕES et al. 2013).

Quando realizado o recorte de gênero, é particularmente interessante observar o problema da definição da condição de inatividade entre as jovens, visto que as tarefas domésticas, a gravidez e o cuidado com crianças e idosos não são consideradas, tradicionalmente, como atividades produtivas. Investigações nessa linha mostram que a categoria NEET é formada majoritariamente por mulheres no Brasil, seguindo uma tendência global, em função da predominância feminina em tais atividades não remuneradas (WELTERS, 2019; CARDOSO, HERMETO, 2021; COMIM, TILLMAN, 2016), de modo que 62,5% dos jovens que não estudavam ou trabalhavam de forma remunerada em 2021 eram mulheres (IBGE, 2022). Welters (2019) mostra que, no Brasil, a gravidez, as atividades de cuidado e os afazeres domésticos estão entre os principais motivos para que jovens de 15 a 24 anos permaneçam fora da escola e do mercado de trabalho. Em uma análise do período de 2001 a 2011, Simões et al. (2013) observou que o percentual de NEETs é superior para jovens negros e para as mulheres, principalmente aquelas de famílias mais pobres. Além disso, o trabalho aponta uma direção para a queda da taxa de mulheres que não trabalham e não participam do mercado de trabalho: “o aumento da escolaridade feminina é fator que

Os autores agradecem a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais pelo financiamento do projeto Impactos das Desigualdades Sociais sobre a Juventude Brasileira, que permitiu a pesquisa e apresentação do presente artigo

contribui para que as mulheres retardem o matrimônio e a gravidez, ao mesmo tempo em que aumenta a taxa de participação no mercado de trabalho” (SIMÕES, 2013, p. 12).

Considerando esses apontamentos, é necessário discutir o não reconhecimento do trabalho doméstico e de cuidados com os filhos e idosos, realizado, em sua maior parte, por mulheres, o que limita suas perspectivas e oportunidades no mercado de trabalho. A divisão sexual do trabalho cria uma hierarquia entre o trabalho produtivo e o trabalho reprodutivo, deixando às mulheres a desvalorizada função de realizar as tarefas da casa e de cuidar dos outros membros da família, em especial crianças e idosos. Enríquez (2015) apresenta uma abordagem a partir da linha da economia feminista, preocupada em incorporar as relações de gênero nas explicações das dinâmicas econômicas, se opondo à noção dominante de racionalidade do homo economicus, que ignora as condicionantes de gênero, raça e sexualidade nas decisões econômicas. Esta corrente retira o foco dos mercados e da reprodução do capital e traz ao centro a preocupação com a reprodução da vida e, portanto, com a questão distributiva, denunciando o androcentrismo no pensamento econômico dominante e as desigualdades de gênero que afetam a vida das mulheres e suas oportunidades no mercado de trabalho.

Um conceito fundamental para entender as relações de gênero na economia é a divisão sexual do trabalho, que segrega atividades masculinas e femininas, criando uma hierarquia em que o trabalho do homem possui maior valor. Hirata e Kergoat (2007) apresentam uma definição para este conceito:

A divisão sexual do trabalho é a forma de divisão do trabalho social decorrente das relações sociais entre os sexos; mais do que isso, é um fator prioritário para a sobrevivência da relação social entre os sexos. Essa forma é modulada histórica e socialmente. Tem como características a designação prioritária dos homens à esfera produtiva e das mulheres à esfera reprodutiva e, simultaneamente, a apropriação pelos homens das funções com maior valor social adicionado (HIRATA; KERGOAT, 2007, p. 599).

Em primeiro plano, o conceito de divisão sexual do trabalho explicita essa hierarquia e classifica a realização de tarefas domésticas como trabalho, necessário à manutenção da humanidade e de suas atividades produtivas. Federici (2019) argumenta que “o trabalho doméstico foi transformado em um atributo natural em vez de ser reconhecido como trabalho, porque foi destinado a não ser remunerado” (p. 42-43), de modo que, por trás do que é considerado trabalho produtivo, “há o trabalho oculto de milhões de mulheres que consomem sua vida e sua força em prol da produção da força de trabalho” (FEDERICI,

Os autores agradecem a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais pelo financiamento do projeto Impactos das Desigualdades Social sobre a Juventude Brasileira, que permitiu a pesquisa e apresentação do presente artigo

2019). A atribuição desse papel limita as possibilidades da mulher, que é condicionada a tais atividades em uma posição de dependência, enquanto

não existe nada natural em ser dona de casa, tanto que são necessários pelo menos vinte anos de socialização e treinamentos diários, realizados por uma mãe não remunerada, para preparar a mulher para esse papel, para convencê-la de que crianças e marido são o melhor que ela pode esperar da vida (FEDERICI, 2019, p. 43).

Em uma análise atenta às desigualdades entre as mulheres, percebe-se como a divisão sexual do trabalho assume novas configurações, afetando de modo distinto a vida e as oportunidades das mulheres de diferentes classes, raças e localidades. A solução encontrada por muitas mulheres brancas de classe média para a dedicação à carreira profissional foi externalizar o trabalho doméstico, contratando, em geral, mulheres negras, pobres e imigrantes, no caso dos países do Norte (FEDERICI, 2019; HIRATA; KERGOAT, 2007). No Brasil, o trabalho doméstico remunerado é exercido majoritariamente por mulheres negras e periféricas, de modo que, em 2021, 65% das trabalhadoras domésticas eram negras (DIEESE, 2022). A marca do passado escravocrata nessa profissão mantém a desvalorização, as inseguranças e, muitas vezes, a falta de condições dignas de trabalho às mulheres que realizam esta atividade, causando, inclusive, impactos sobre a permanência intergeracional das desigualdades, na medida em que a ocupação com o cuidado a outra família prejudica o cuidado com os próprios filhos (ABREU, 2021). Ademais, as trabalhadoras domésticas negras possuem menor rendimento mensal médio em relação às brancas, principalmente aquelas que trabalham de forma informal, de modo que o rendimento médio desta profissão era inferior ao salário mínimo (DIEESE, 2022). Com isso, a “solução” em transferir a responsabilidade do trabalho doméstico a uma trabalhadora remunerada é problemática,

pois cria entre as mulheres uma relação de ‘criadas-madames’, que se complexifica ainda mais pelos preconceitos que envolvem o trabalho doméstico: o pressuposto de que não é um trabalho real e que deve ser remunerado com o menor valor possível, que não tem limites definidos, e assim por diante (FEDERICI, 2019, p. 154).

Outro conceito fundamental para a análise é a economia do cuidado, que envolve as atividades cotidianas necessárias à sobrevivência das pessoas na sociedade, incluindo o autocuidado, o cuidado interpessoal, as tarefas domésticas e a gestão do cuidado (ENRÍQUEZ, 2015). Enríquez (2015) argumenta que todos esses elementos do cuidado produzem valor econômico, explicitando o papel do trabalho de cuidado nas sociedades

Os autores agradecem a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais pelo financiamento do projeto Impactos das Desigualdades Social sobre a Juventude Brasileira, que permitiu a pesquisa e apresentação do presente artigo

capitalistas, com a função essencial de reprodução da força de trabalho, e seu impacto sobre a vida econômica das mulheres. Em síntese,

O ponto é que, na análise econômica convencional, este trabalho encontra-se invisibilizado e, ao contrário, a oferta de trabalho é entendida como o resultado de uma escolha racional das pessoas (indivíduos econômicos) entre o trabalho e o ócio (não-trabalho), determinadas pelas preferências pessoais e pelas condições do mercado de trabalho (basicamente, o nível dos salários). Dessa forma, não se considera o trabalho que essa mão-de-obra incorporou (sendo cuidada, higienizada, alimentada e descansada), nem o trabalho de que é dispensada ao eximir-se das responsabilidades de cuidado com aqueles com quem convive (ENRÍQUEZ, 2015, tradução nossa)¹

Dessa forma, retomando a divisão sexual do trabalho, a abordagem da economia de cuidado denuncia a falsa noção de que os indivíduos escolhem a forma de usar seu tempo de acordo com as próprias preferências e com o exercício da racionalidade. Na verdade, as relações de gênero são determinantes nessa questão, de modo que a maior responsabilidade das mulheres com os trabalhos de cuidado prejudica sua participação no mercado de trabalho (ENRÍQUEZ, 2015). Com isso, questiona-se a percepção de que a condição dos jovens que não trabalham de forma remunerada e não estudam (em especial, as mulheres jovens) é uma escolha racional, visto que, em uma análise a partir da economia feminista, percebe-se o impacto das relações de gênero sobre as possibilidades de escolha e as oportunidades delas. Destaca-se a importância do trabalho de cuidado para o funcionamento da economia, de modo que as pessoas responsáveis por esta tarefa não estão ociosas, mas contribuindo para que sejam possíveis as atividades produtivas, mesmo que não sejam reconhecidas ou valorizadas. Assim, há uma contribuição - produzida pelo trabalho não remunerado exercido, principalmente, por mulheres - das atividades da esfera doméstica à acumulação de capital.

Nessa linha, a organização social do cuidado é conceitualizada como a forma como as famílias, o mercado, o Estado e as organizações comunitárias interagem para produzir e distribuir cuidado. Enríquez (2015) denuncia a configuração desigual da organização social do cuidado na América Latina em dois aspectos: na forma como as responsabilidades são

¹ *“El punto es que, en el análisis económico convencional, este trabajo se encuentra invisibilizado y, por el contrario, la oferta laboral se entiende como el resultado de una elección racional de las personas (individuos económicos) entre trabajo y ocio (no trabajo), determinada por las preferencias personales y las condiciones del mercado laboral (básicamente, el nivel de los salarios). De esta forma, no se tiene en cuenta ni el trabajo que esa fuerza laboral tiene incorporada (al estar cuidada, higienizada, alimentada, descansada), ni el trabajo del cual se la libera al eximirla de responsabilidades de cuidado de aquellos con quienes convive” (ENRÍQUEZ, 2015).*

Os autores agradecem a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais pelo financiamento do projeto Impactos das Desigualdades Social sobre a Juventude Brasileira, que permitiu a pesquisa e apresentação do presente artigo

distribuídas entre as famílias, o mercado, o Estado e as organizações comunitárias e na forma como são distribuídas entre homens e mulheres, de modo que as responsabilidades são assumidas pelas famílias e, dentro delas, pelas mulheres.

Em síntese, a partir de uma abordagem feminista, a literatura aponta a necessidade de questionar sobre a feminização do grupo de jovens que não trabalham e não estudam, compreendendo, em primeiro lugar, se a inatividade se comprova para este grupo ou se estão engajadas em atividades não reconhecidas como produtivas e não remuneradas. Partindo deste ponto, investiga-se, empiricamente, a composição do grupo de jovens que não trabalham e não estudam em Minas Gerais sob o aspecto do gênero, entendendo como a divisão sexual do trabalho e o modo como se dá a organização social do cuidado na sociedade impactam as perspectivas das jovens mulheres na educação e no mercado de trabalho. A questão central da investigação, desse modo, é a forma como interagem e se manifestam as questões de gênero, raça e classe - descritas pela teoria abordada - na realidade das jovens mulheres de Minas Gerais em suas trajetórias educacionais e profissionais.

3 METODOLOGIA

Esta seção pretende apresentar o modelo empírico adotado para a análise proposta. Seguindo, como referência, a abordagem metodológica empregada por Walters (2019), optou-se por utilizar o método quantitativo exploratório em conjunto com a análise descritiva dos dados obtidos. Para tanto, foi utilizada como fonte primária de dados a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio Contínua (PNAD -C), do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Dessa forma, foram selecionados os microdados para o ano de 2019, considerando apenas a quinta visita e tratados por meio do software R.

Tendo em vista o objetivo deste artigo, foram considerados alguns recortes em relação à amostra da PNAD contínua para 2019. Primeiro, focou-se na faixa etária de 15 a 24 anos (V2009), que seriam os jovens que não estudam, não trabalham e não buscam emprego, dividindo-a em duas categorias, de 15 a 19 anos (adolescentes) e 20 a 24 anos (jovens adultos), assim como realizado por Walters (2019). Segundo, foram considerados apenas os jovens pertencentes ao estado de Minas Gerais, devido ao recorte espacial específico proposto pelo estudo. Por fim, dividiu-se a amostra de jovens mineiros por sexo (V2007), constituindo dois grupos, os jovens mineiros homens e as jovens mineiras mulheres.

Os autores agradecem a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais pelo financiamento do projeto Impactos das Desigualdades Social sobre a Juventude Brasileira, que permitiu a pesquisa e apresentação do presente artigo

Para a primeira parte do trabalho, foi realizada uma comparação entre os grupos de jovens mineiros, com o objetivo de verificar se existe alguma influência do sexo do indivíduo em ser um jovem que não trabalha, não estuda e não busca emprego. Sendo assim, considerou-se as variáveis de condição em relação à força de trabalho (VD4001) e de frequência escolar (V3002), formando quatro grupos: estuda e trabalha; estuda e não trabalha; não estuda e trabalha; e, não estuda e não trabalha. Em sequência, ainda comparando ambos os sexos, mas restrito apenas para aqueles que não estudam e não trabalham, foi selecionado apenas os jovens que não buscam por emprego. Ainda, foram observadas as variáveis condição no domicílio (VD2002), realização de tarefas domésticas no próprio domicílio ou de parente (VD4049), realização de cuidados de crianças de 0 a 5 anos (VD4040), realização de cuidados de idosos (VD4043) e motivo por não ter procurado trabalho (VD4030).

Para a segunda parte do trabalho, utilizou-se apenas a amostra de jovens mineiras mulheres que não estudam, não trabalham e não buscam emprego. A intenção foi traçar o perfil dessa parcela da população no estado de Minas Gerais, comparando com o perfil das mulheres, em geral, no estado. Portanto, foram tidas como variáveis a raça (V2010), a faixa de renda domiciliar (VD5003), a situação do domicílio (V1022) e os anos de escolaridade completos (VD3006), considerando os resultados também para o total de mulheres da mesma faixa etária.

4 RESULTADOS

Ao analisar as categorias “trabalha e estuda”, “só estuda”, “só trabalha” e “não estuda e não trabalha”, percebe-se que a maioria dos jovens de 15 a 19 anos apenas estuda, enquanto a maioria dos jovens de 20 a 24 anos apenas trabalha. A categoria com menor presença de homens de 15 a 19 anos é a “não estuda e não trabalha”, assim como para as mulheres na mesma faixa etária. Considerando os jovens de 20 a 24 anos, a categoria com menor porcentagem é a “só estuda”. Para as mulheres de 20 e 24 anos, a segunda principal categoria é “não estuda e não trabalha”, já para os homens de 20 e 24 anos é “trabalha e estuda”.

A Figura 01 aponta que, dentro do grupo dos homens de 15 a 19 anos, aqueles que não trabalham e não estudam correspondem a 8,60% do total desses jovens. Para as mulheres de 15 a 19, o valor é de 11,40%. Essa mesma tendência é observada para os homens e as mulheres de 20 a 24 anos, ao apresentarem participação de 7,54% e 19,44% respectivamente. Uma observação importante é que enquanto a porcentagem de jovens que

Os autores agradecem a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais pelo financiamento do projeto Impactos das Desigualdades Social sobre a Juventude Brasileira, que permitiu a pesquisa e apresentação do presente artigo

não estudam e não trabalham diminuem para os homens, quando comparadas as faixas etárias, para as mulheres ela aumenta consideravelmente. Isso indica que indivíduos do sexo feminino dentro da faixa etária dos 15 aos 24 anos tem maiores chances de se enquadrarem na categoria de jovens que não estudam e não trabalham, em Minas Gerais.

Figura 01 - Proporção de jovens em cada grupo (Minas Gerais, 2019)



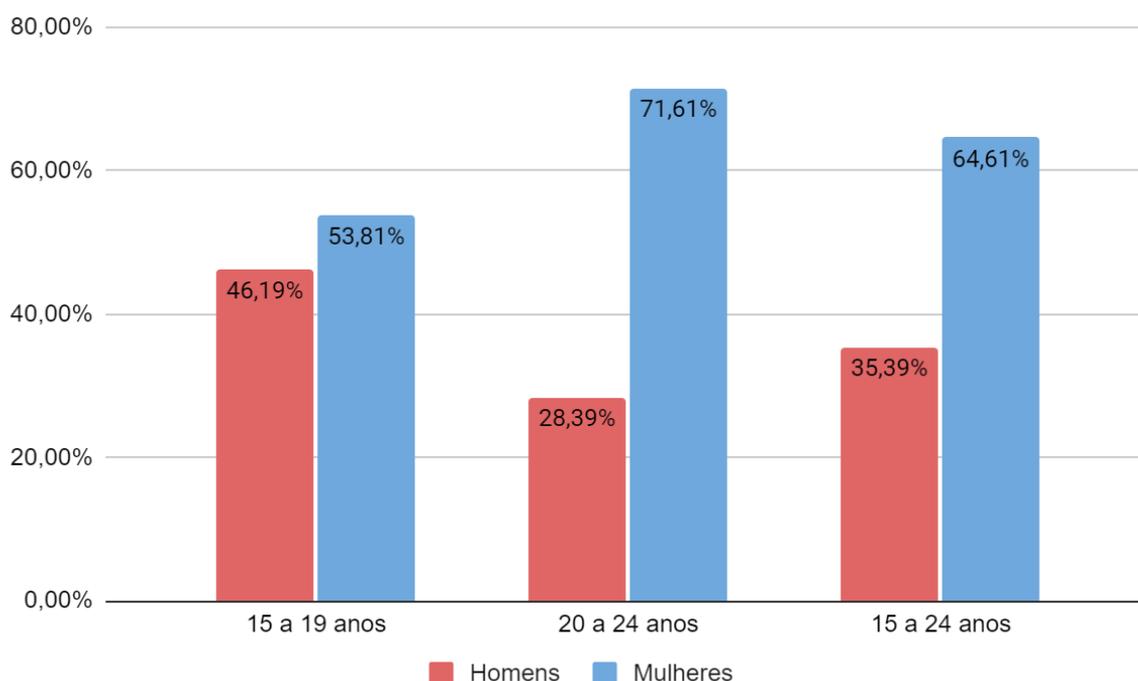
Fonte: Elaboração dos autores a partir dos dados do IBGE (2019).

A partir da Figura 02, verifica-se a proporção das jovens mulheres dentro do grupo de jovens que não estudam e não trabalham em Minas Gerais. Percebe-se que para a faixa etária de 15 a 19 anos, as mulheres correspondem a 53,81% dos indivíduos, saltando para 71,61%, quando consideradas as jovens de 20 a 24 anos. Assim como observado para o

Os autores agradecem a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais pelo financiamento do projeto Impactos das Desigualdades Social sobre a Juventude Brasileira, que permitiu a pesquisa e apresentação do presente artigo

Brasil, em Minas Gerais, as mulheres de 15 a 24 anos são a maioria (64,61%) dos jovens que não estudam e não trabalham. Portanto, os resultados obtidos indicam uma feminização desse grupo na sociedade mineira, principalmente para a faixa etária de 20 a 24 anos, de acordo com a tendência apontada pela literatura.

Figura 02 - Proporção de jovens que não estudam e não trabalham por sexo (Minas Gerais, 2019)



Fonte: Elaboração dos autores a partir dos dados do IBGE (2019).

Em síntese, constatou-se que as mulheres são maioria dentro da categoria “não trabalham e não estudam” para as faixas etárias analisadas. Em geral, as jovens mulheres

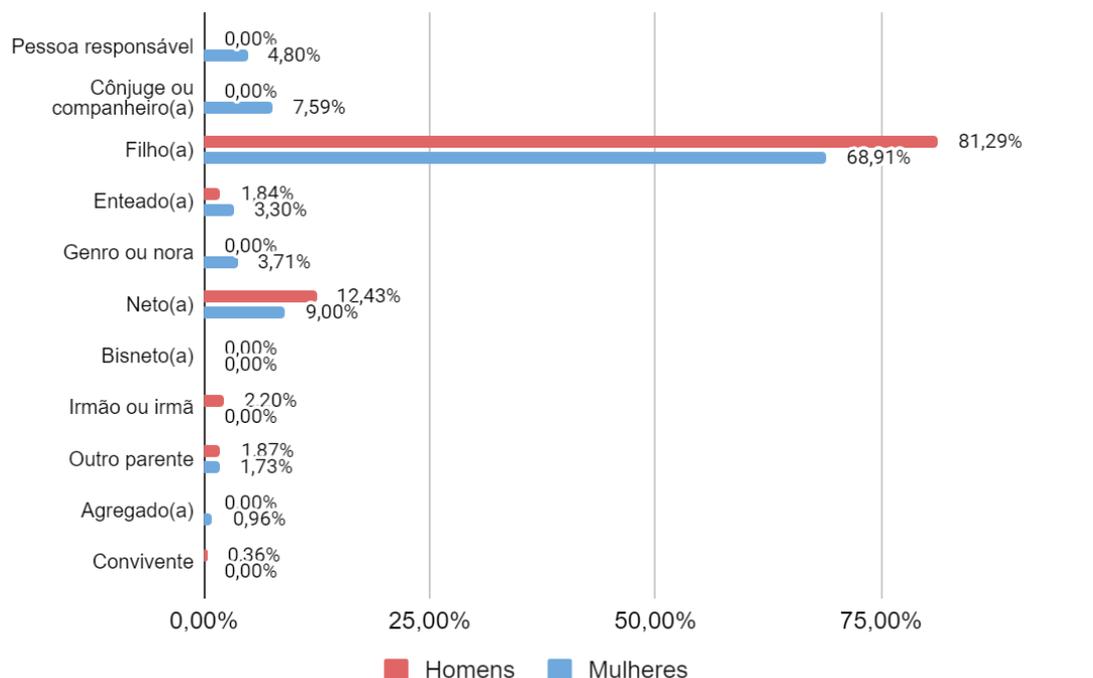
Os autores agradecem a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais pelo financiamento do projeto Impactos das Desigualdades Social sobre a Juventude Brasileira, que permitiu a pesquisa e apresentação do presente artigo

de 15 a 24 correspondem a 64% dos jovens que não estudam, não trabalham e não buscam emprego, no estado de Minas Gerais. A participação delas foi mais expressiva dentro do grupo de 20 a 24 anos, chegando a mais de 70%. Isso pode ter relação ao aumento, nesta fase da vida, da carga de cuidados e a influência do trabalho doméstico, que geralmente ficam a encargo da mulher devido a divisão sexual do trabalho.

4.1 Desigualdades entre os jovens homens e as jovens mulheres NEET em Minas Gerais

Nesta seção, apresenta-se os resultados de algumas das variáveis selecionadas, com o objetivo de comparar os jovens NEET por gênero. Ao considerar a condição no domicílio desses indivíduos, entre 15 a 19 anos, foi possível verificar que a maioria deles, tanto para os homens quanto para as mulheres, estão na condição de filhos dos responsáveis pelos domicílios. Para os homens que não estudam, não trabalham e não buscam emprego, o percentual é de 81,29%, já para as mulheres é de 68,91%. Outro dado relevante, foi a presença de jovens mulheres NEET de 15 a 19 anos como cônjuges/companheiras (7,59%) ou como responsáveis pelo domicílio (4,80%). Essas mesmas condições não são verificadas para os jovens homens da mesma faixa etária, como mostra a Figura 03.

Figura 03 - Condição no domicílio dos jovens NEET de 15 a 19 anos (Minas Gerais, 2019)

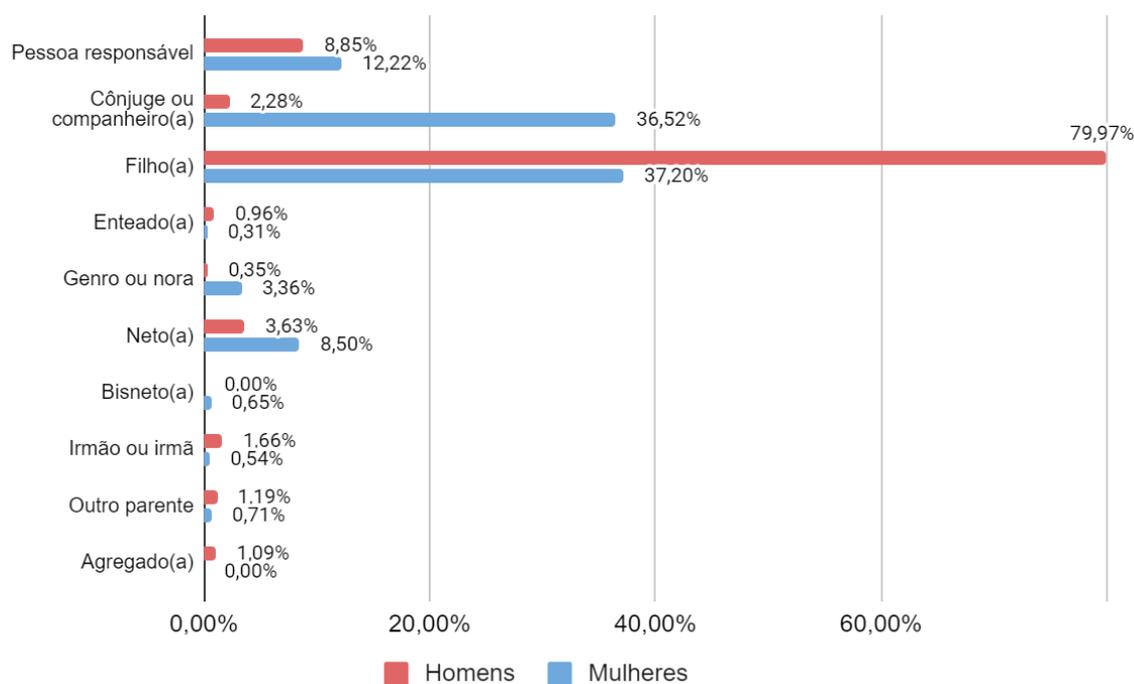


Fonte: Elaboração dos autores a partir dos dados do IBGE (2019).

Para os jovens que não estudam, não trabalham e não buscam emprego de 20 a 24 anos, a condição das mulheres no domicílio é consideravelmente distinta da faixa etária anterior. Também percebe-se uma discrepância maior entre homens e mulheres nessa faixa etária. Enquanto 79,97% dos homens permanecem como filhos do responsável pelo domicílio, a porcentagem de mulheres é praticamente metade, apenas 37,20%. Isso é acompanhado pelo percentual significativo das mulheres NEET de 20 a 24 anos em condição de cônjuges/companheiras (36,52%). Já para os homens, a categoria que apresentou maior diferença foi a de responsável pelo domicílio, com 8,85%, porém ainda inferior à porcentagem de mulheres nessa categoria (12,22%).

Figura 04 - Condição no domicílio dos jovens NEET de 20 a 24 anos (Minas Gerais, 2019)

Os autores agradecem a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais pelo financiamento do projeto Impactos das Desigualdades Social sobre a Juventude Brasileira, que permitiu a pesquisa e apresentação do presente artigo

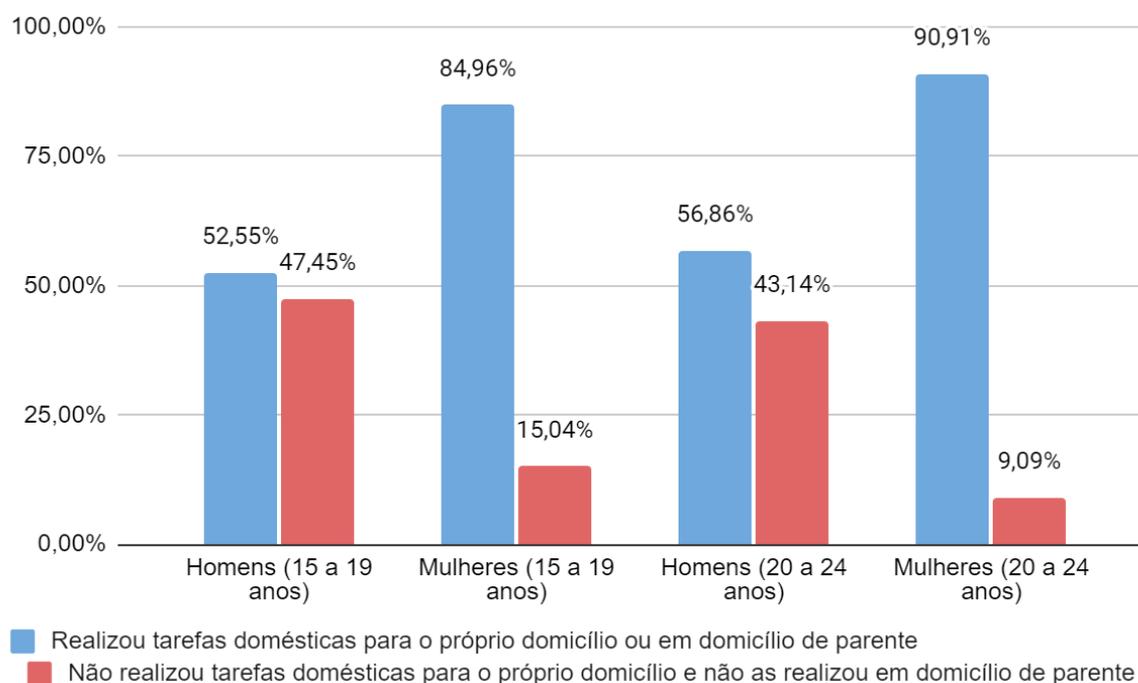


Fonte: Elaboração dos autores a partir dos dados do IBGE (2019)

Outra variável foi a realização de tarefas domésticas, selecionada principalmente devido aos efeitos sociais decorrentes da divisão sexual do trabalho. Isso fica evidente ao observar a Figura 05: tanto para as jovens NEET de 15 a 19 anos, quanto para as de 20 a 24 anos, a carga das tarefas domésticas é mais pesada para elas do que para os homens da mesma idade. Enquanto aproximadamente 85% das jovens de 15 a 19 anos realizavam algum trabalho doméstico, apenas 52,55% dos jovens homens realizam. Apesar de o percentual de homens que realizam tarefas domésticas para os jovens NEET de 20 a 24 anos ser maior, correspondendo a 56,86%, a diferença é discrepante, quando comparados com as jovens NEET de 20 a 24 anos, com 90,91%.

Os autores agradecem a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais pelo financiamento do projeto Impactos das Desigualdades Social sobre a Juventude Brasileira, que permitiu a pesquisa e apresentação do presente artigo

Figura 05 - Realização de tarefas domésticas no domicílio por jovens NEET (Minas Gerais, 2019)



Fonte: Elaboração dos autores a partir dos dados do IBGE (2019).

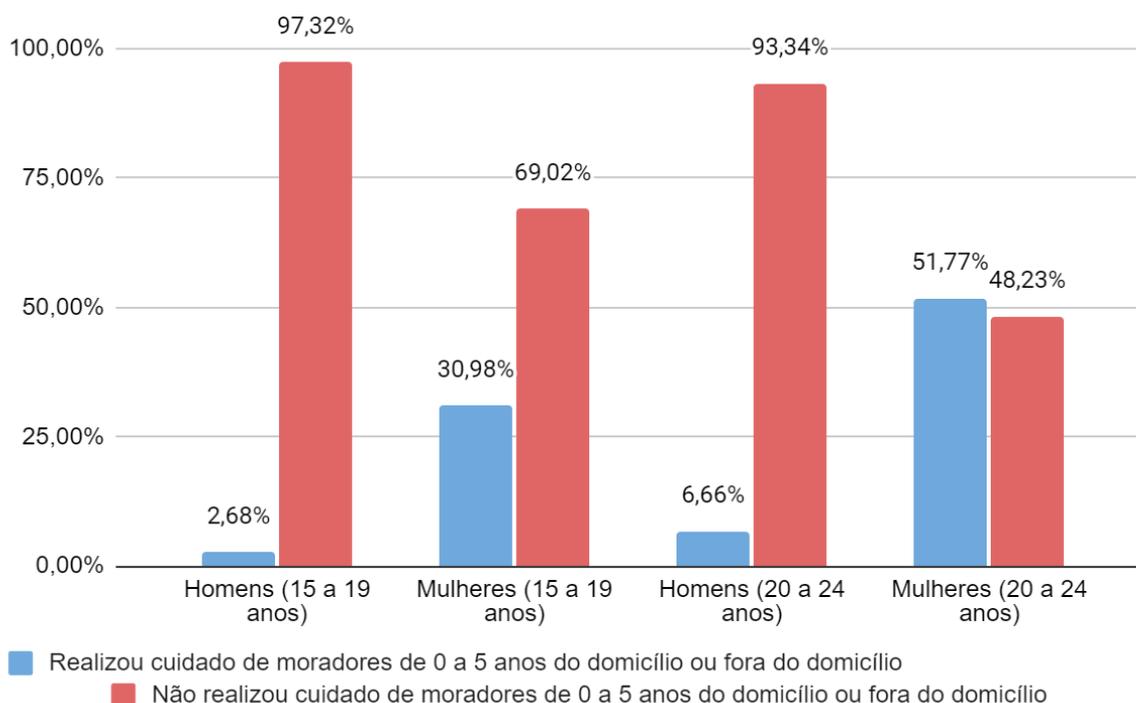
Em relação às variáveis selecionadas para analisar a realização de tarefas de cuidado, percebe-se também uma diferença significativa entre os jovens NEET e as jovens NEET, quando considerado os cuidados com crianças. Para os jovens que não estudam, não trabalham e não buscam emprego entre 15 a 19 anos, tanto para os homens quanto para as mulheres, a minoria realizou cuidado de moradores de 0 a 5 anos. Contudo, para os jovens homens, o percentual foi de 2,68%, já para as jovens mulheres foi de 30,98%, praticamente um terço delas. Dessa forma, as jovens mulheres NEET de 15 a 19 anos realizam mais cuidados com crianças do que os jovens homens NEET de 15 a 19 anos.

Para os jovens que não estudam, não trabalham e não buscam emprego entre 20 a 24 anos, a maioria das mulheres passa a realizar algum cuidado com crianças, correspondendo a 51,77% delas. Isso pode estar relacionado à proporção significativa das jovens NEET como cônjuges/companheiras nesta faixa etária. A maioria dos jovens homens NEET de 20 a 24 permanecem não realizam cuidados com crianças, apesar do aumento de 4% daqueles que realizam (6,66%). Ainda assim, a maior parte dos indivíduos que não

Os autores agradecem a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais pelo financiamento do projeto Impactos das Desigualdades Social sobre a Juventude Brasileira, que permitiu a pesquisa e apresentação do presente artigo

estudam, não trabalham e não buscam emprego de 15 a 24 anos que realizam tarefas de cuidado das crianças são mulheres.

Figura 06 - Realização de cuidados com crianças por jovens NEET (Minas Gerais, 2019)



Fonte: Elaboração dos autores a partir dos dados do IBGE (2019).

Ao considerar as tarefas de cuidados com idosos, verifica-se que a maioria dos jovens NEET de 15 a 24 anos não realizam nenhuma atividade desse tipo. Entretanto, se entre os homens que não estudam, não trabalham e não buscam emprego de 15 a 24 anos, nenhum realizam cuidado com moradores de 60 anos ou mais, 3,20% das mulheres NEET de 15 a 19 anos e 1,39% das de 20 a 24 anos realizaram esse tipo de tarefa.

Uma característica importante dos jovens NEET é não buscarem por emprego, assim foi selecionada também a variável de motivo por não estarem procurando por emprego. A Figura 07 apresenta os resultados obtidos, assim pode-se verificar que os principais motivos variam consideravelmente entre os homens e as mulheres e entre os jovens de 15 a 19 anos e os de 20 a 24 anos. Enquanto para os homens os principais motivos são que estavam estudando ou possuíam algum tipo de problema de saúde, para as mulheres, o principal motivo é as tarefas domésticas e de cuidados. Entre os jovens NEET de 15 a 19

Os autores agradecem a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais pelo financiamento do projeto Impactos das Desigualdades Social sobre a Juventude Brasileira, que permitiu a pesquisa e apresentação do presente artigo

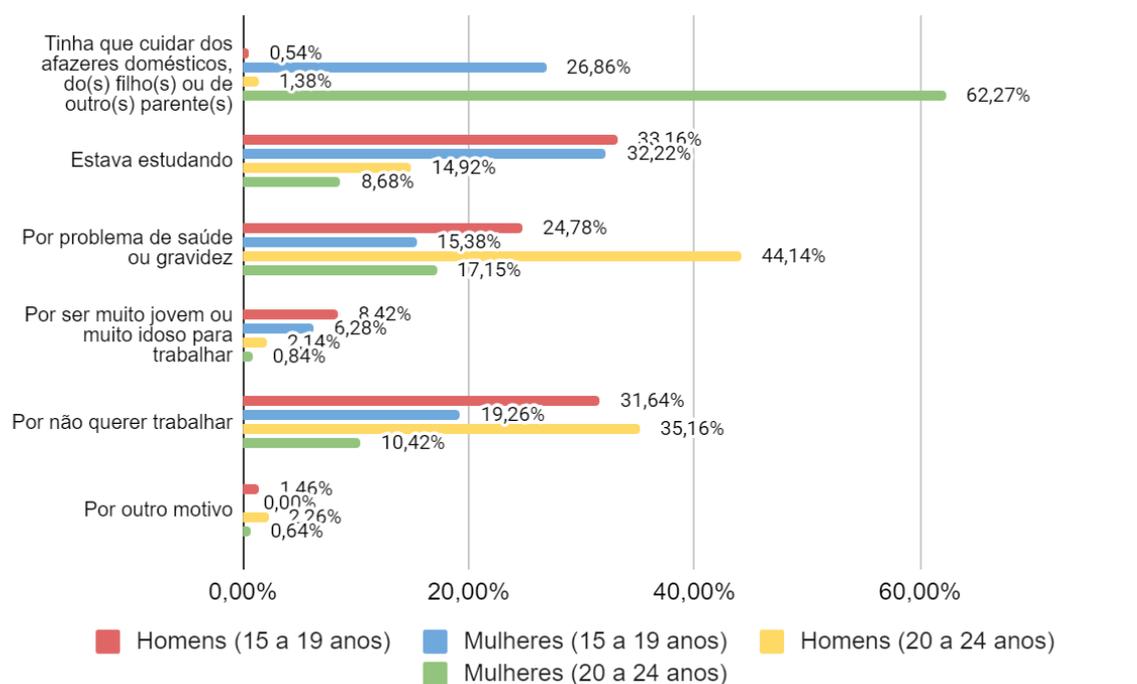
anos o principal motivo para não buscar emprego é por estarem estudando, já para os jovens NEET de 20 a 24 anos os principais motivos são que “tinham que cuidar dos afazeres domésticos, do(s) filho(s) ou de outro(s) parente(s)” e que “possuem problema de saúde ou gravidez”.

Comparando os jovens homens e as jovens mulheres que não estudam, não trabalham e não buscam emprego de 15 a 19 anos, para ambos sexos o principal motivo para não buscarem emprego é por estarem estudando durante o período considerado na pergunta do questionário da PNAD Contínua². Contudo, enquanto parte significativa dos homens não procurou trabalho apenas por não quererem trabalhar, o segundo principal motivo das jovens foi a realização de afazeres domésticos e de cuidado.

Em relação aos jovens que não estudam, não trabalham e não buscam emprego de 20 a 24 anos, os principais motivos se diferenciam entre os homens e as mulheres. Para 62,27% das jovens NEET, o trabalho doméstico e de cuidado impossibilitou a busca por emprego, enquanto para os homens foi possuir algum problema de saúde (44,14%). Uma pontuação importante é que para os homens, o percentual de indivíduos que não busca emprego apenas porque não querem trabalhar aumenta à medida que ficam mais velhos, para as mulheres esse percentual diminui, indicando que fatores externos atrapalham a inserção dessas jovens na força de trabalho.

Figura 07 - Motivo de não buscar emprego para jovens NEET (Minas Gerais, 2019)

² O resultado em questão entra em contradição, na medida em que os mesmos jovens que responderam que não estudam apontam como motivo para não procurar emprego a necessidade de estudar. Hipóteses possíveis são atividades ligadas à educação não vinculada ao sistema formal e problemas na resposta ao questionário, indicando a necessidade de uma análise mais aprofundada desse aspecto para pesquisas posteriores.



Fonte: Elaboração dos autores a partir dos dados do IBGE (2019).

Os motivos para não estudar também revelam desigualdades entre homens e mulheres. Na faixa etária de 15 a 19 anos, os principais motivos para os homens não estudarem eram a falta de interesse (34,48%) e possuírem problema de saúde permanente (18,17%), enquanto para as mulheres eram terem concluído o nível de estudos que gostariam (22,12%) e a gravidez (21,06%), mostrando o impacto da gravidez na adolescência sobre a trajetória escolar das mulheres. Já na faixa etária de 20 a 24 anos, os principais motivos para os homens eram os mesmos da faixa etária anterior, enquanto 41,87% das mulheres apontaram como motivo a necessidade de se dedicar aos trabalhos domésticos e de cuidados e 22,65% apontaram a falta de interesse, o que, mais uma vez, evidencia a questão da divisão sexual do trabalho apontada anteriormente.

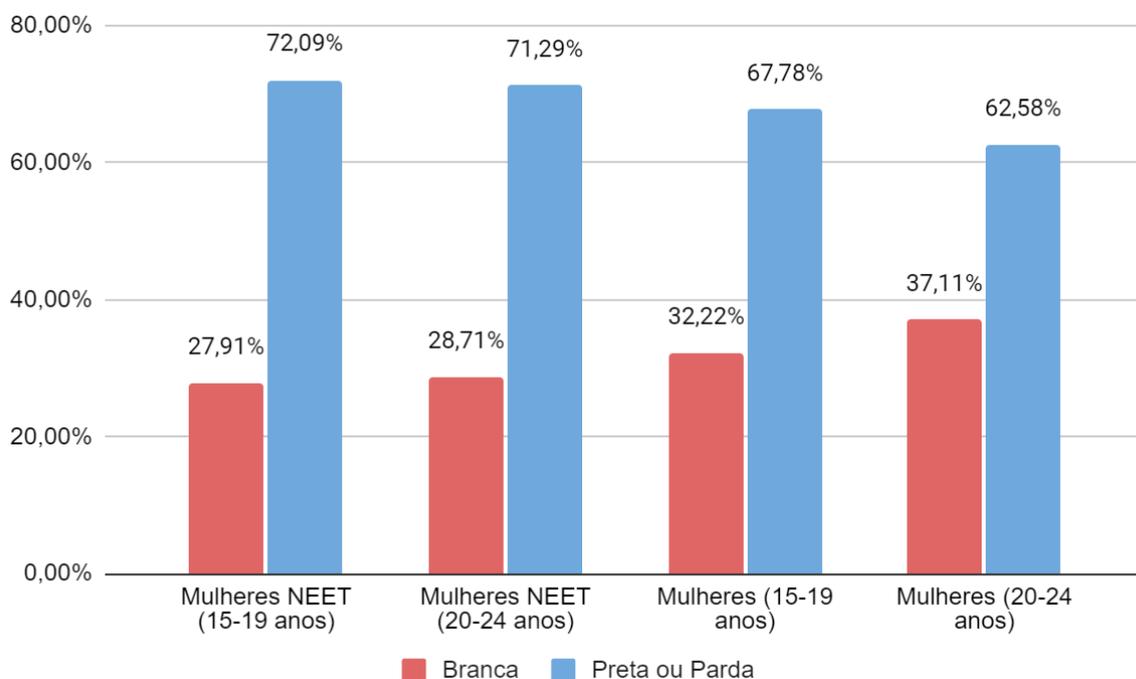
Finalmente, com os resultados obtidos, percebe-se que as características das jovens mulheres NEET entre 15 a 24 anos são significativamente diferentes dos jovens homens NEET da mesma idade. As tarefas domésticas e de cuidado possuem um peso muito maior para as mulheres, contribuindo para que elas se encontrem na posição de jovens que não estudam, não trabalham e não buscam emprego.

Os autores agradecem a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais pelo financiamento do projeto Impactos das Desigualdades Social sobre a Juventude Brasileira, que permitiu a pesquisa e apresentação do presente artigo

4.2 Perfil das jovens mulheres que não estudam, não trabalham e não buscam emprego em Minas Gerais

Na presente seção, apresenta-se os resultados das variáveis selecionadas com o objetivo de traçar o perfil das jovens mulheres NEET no estado de Minas Gerais, a partir da comparação com o total das mulheres da mesma faixa etária. A Figura 08 mostra a composição por cor ou raça para cada grupo. Nota-se que há uma sobre-representação de mulheres pretas ou pardas entre as jovens NEET, quando comparadas com a população de mulheres jovens em Minas Gerais, sendo que, na faixa de 20 a 24 anos, as mulheres negras representam 71,29% das NEET, valor superior aos 62,58% do grupo geral.

Figura 08 - Jovens mulheres NEET por cor/raça (Minas Gerais, 2019)



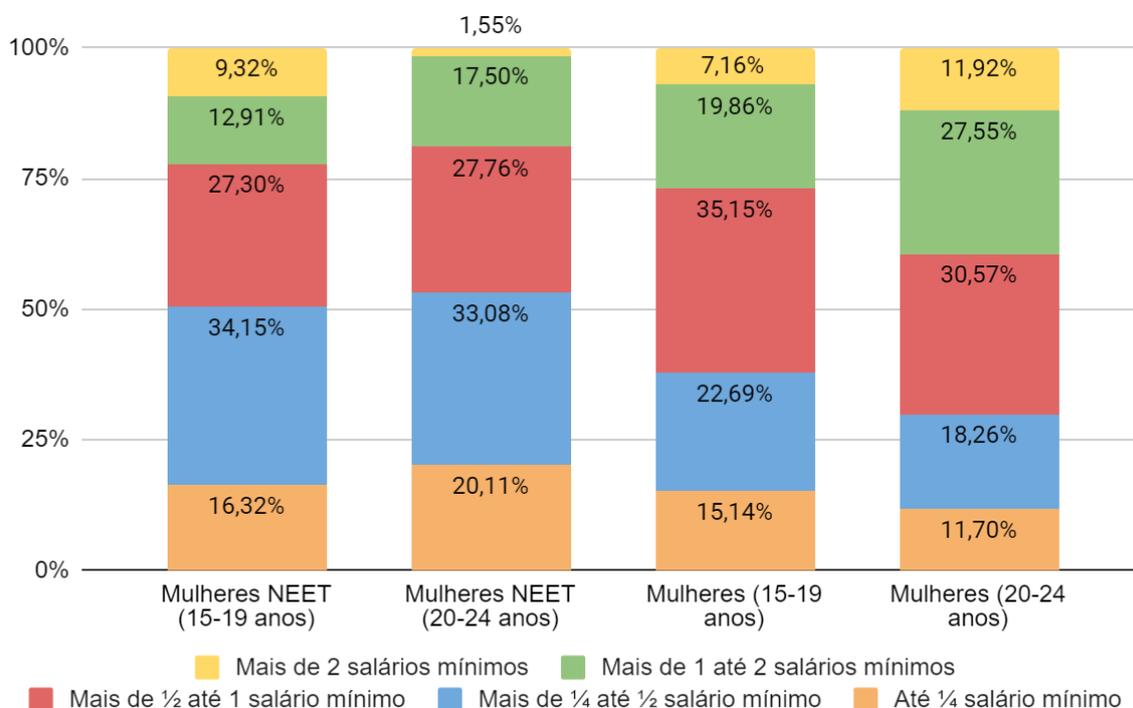
Os autores agradecem a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais pelo financiamento do projeto Impactos das Desigualdades Social sobre a Juventude Brasileira, que permitiu a pesquisa e apresentação do presente artigo

Fonte: Elaboração dos autores a partir dos dados do IBGE (2019).

Em relação à renda domiciliar per capita, observa-se um perfil muito diferente: as mulheres NEET se concentram nas faixas de renda mais baixas, sendo que a maior parte delas possui renda domiciliar per capita de até $\frac{1}{2}$ salário mínimo, enquanto a maior parte da população de mulheres jovens, em geral, possui renda domiciliar per capita superior a $\frac{1}{2}$ salário mínimo. A faixa de renda mais representativa nos dois grupos de idade analisados é a de $\frac{1}{4}$ até $\frac{1}{2}$ salário mínimo, para as mulheres que não trabalham e não estudam, e a de $\frac{1}{2}$ até 1 salário mínimo, para todas as mulheres.

Figura 09 - Renda domiciliar per capita de jovens NEET (Minas Gerais, 2019)

Os autores agradecem a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais pelo financiamento do projeto Impactos das Desigualdades Social sobre a Juventude Brasileira, que permitiu a pesquisa e apresentação do presente artigo

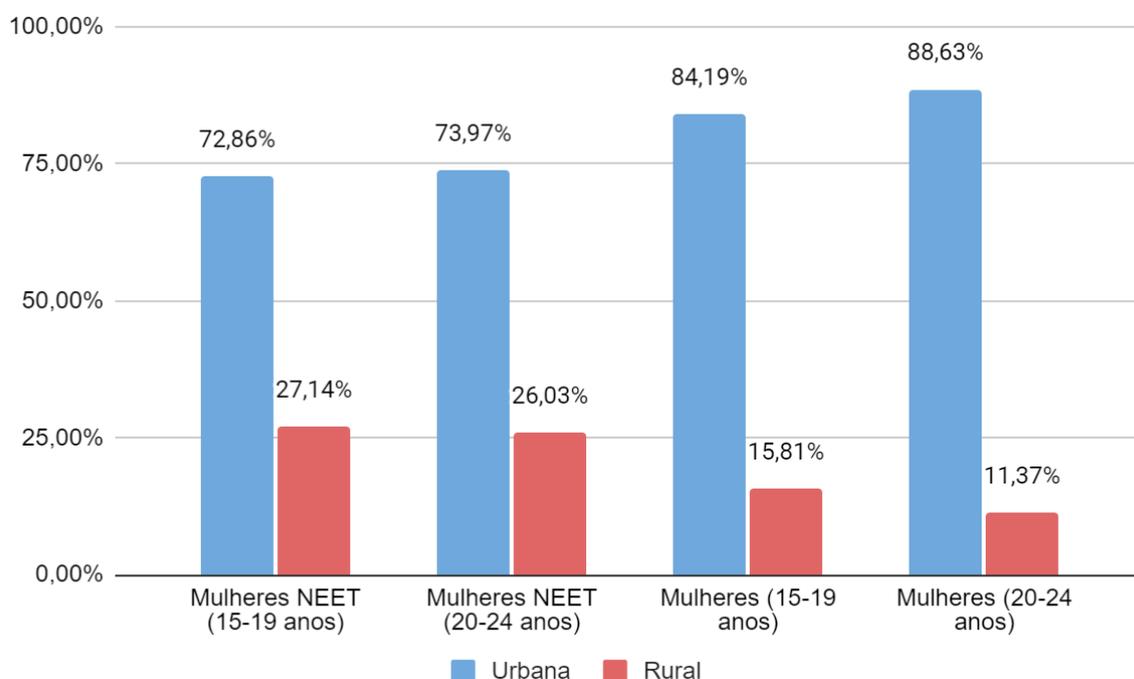


Fonte: Elaboração dos autores a partir dos dados do IBGE (2019).

Com a Figura 10, percebe-se que o percentual de jovens NEET no meio rural é superior ao observado para a população de mulheres das mesmas faixas etárias. Das jovens que não estudam e não trabalham, 15,81%, na faixa etária de 15 a 19 anos, e 11,37%, na faixa de 20 a 24 anos, estão na área rural, enquanto na população de mulheres jovens, nas mesmas faixas etárias, os percentuais são de 27,14% e 26,03%, respectivamente.

Os autores agradecem a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais pelo financiamento do projeto Impactos das Desigualdades Social sobre a Juventude Brasileira, que permitiu a pesquisa e apresentação do presente artigo

Figura 10 - Situação do domicílio das jovens NEET (Minas Gerais, 2019)



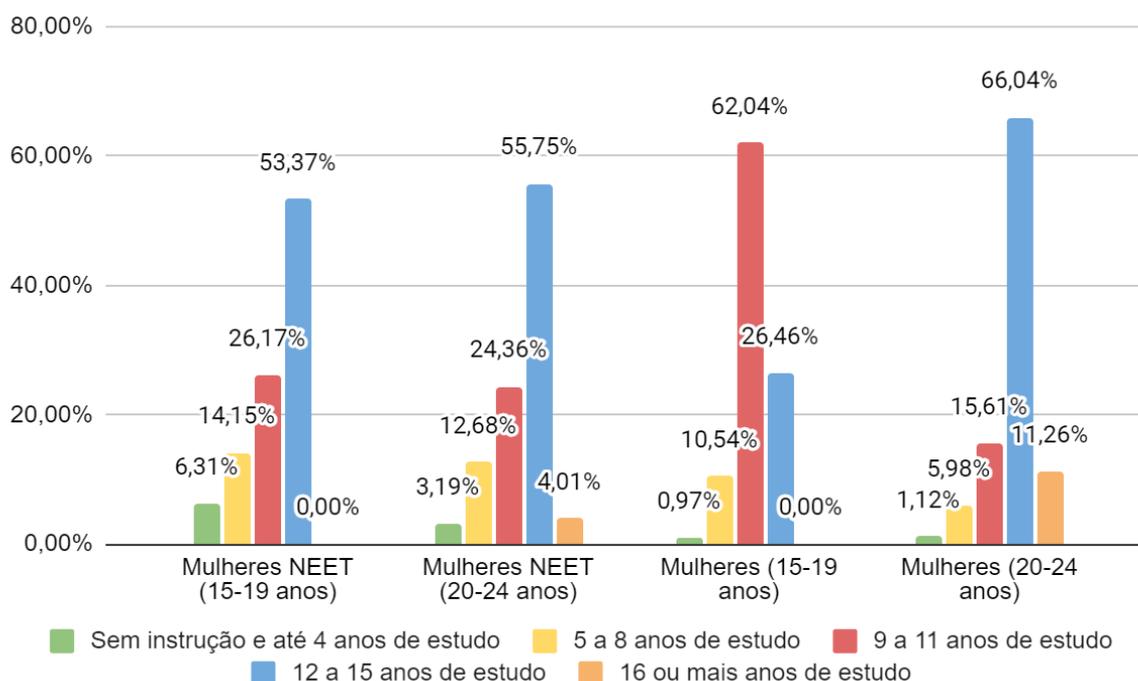
Fonte: Elaboração dos autores a partir dos dados do IBGE (2019).

Ao comparar os anos de escolaridade para cada grupo, verifica-se, na faixa de 15 a 19 anos, uma proporção de indivíduos com 4 anos ou menos de estudo seis vezes maior entre as NEET (6,31%) em relação à população da mesma idade (0,97%). Contudo, a categoria de escolaridade mais relevante, nesta faixa etária, é a de 12 a 15 anos para as jovens NEET e 9 a 11 anos para a categoria geral³. Na faixa etária de 20 a 24 anos, a desigualdade no nível de escolarização fica ainda mais evidente: as mulheres que não estudam e não trabalham possuem menos anos de escolaridade em relação ao total de mulheres da mesma idade. Enquanto 11,26% das mulheres de 20 a 24 anos possuem 16 anos de escolaridade ou mais, a proporção para as que não trabalham e não estudam é de 4,01%.

³ A compreensão deste resultado seria possível por meio de um aprofundamento da análise em estudos posteriores, analisando, por exemplo, os resultados para cada idade dentro da faixa etária, na medida em que uma possível hipótese é que o grupo de jovens NEET em questão possua uma idade média superior ao grupo de controle.

Os autores agradecem a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais pelo financiamento do projeto Impactos das Desigualdades Social sobre a Juventude Brasileira, que permitiu a pesquisa e apresentação do presente artigo

Figura 11 - Anos de escolaridade das jovens NEET (Minas Gerais, 2019)



Fonte: Elaboração dos autores a partir dos dados do IBGE (2019).

Portanto, a partir dos resultados obtidos, é possível definir um perfil para as jovens NEET, apresentando características similares para as jovens na faixa etária dos 15 aos 19 anos e dos 20 aos 24 anos. Sendo assim, foi observado que a maior parte das jovens que não trabalha, não estuda e não busca emprego são pretas ou pardas, em uma proporção maior do que a observada na população. Além disso, a maior parte se encontra em domicílio de baixa renda, sendo mais de 50% em um domicílio com renda per capita de até $\frac{1}{2}$ salário mínimo. Além disso, o percentual de jovens NEET no meio rural é muito expressivo, quando comparado às mulheres da mesma faixa etária. Por fim, observa-se uma maior proporção de jovens NEET nas categorias de escolaridade mais baixas, principalmente na faixa etária de 20 a 24 anos.

5 CONCLUSÃO

Os autores agradecem a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais pelo financiamento do projeto Impactos das Desigualdades Social sobre a Juventude Brasileira, que permitiu a pesquisa e apresentação do presente artigo

Em primeiro lugar, é de vital importância ressaltar que a maior parte das jovens que “não trabalham e não estudam” trabalham de forma não remunerada: de acordo com a PNAD-C de 2019, mulheres de 14 anos ou mais dedicavam 21,4 horas semanais em afazeres domésticos ou no trabalho de cuidados. Esse trabalho, apesar de não remunerado, desempenha uma função central na sociedade capitalista: a reprodução da mão de obra. Para que o trabalhador tenha capacidade produtiva, pressupõe-se a higiene, o descanso, a alimentação e o cuidado no geral, além da própria abstenção de utilizar o tempo de trabalho remunerado para tais tarefas (ENRÍQUEZ, 2015). Dessa forma, a importância do trabalho não remunerado realizado pelas jovens NEET não pode ser apagada no estudo de tal questão. Não obstante, os dados apontam para veracidade da divisão sexual do trabalho: homens, tanto entre 15 e 19 anos quanto entre 20 e 24, são a maioria entre os jovens que só trabalham, assim como são a minoria entre os jovens NEET que sentem que os serviços domésticos são um obstáculo na procura de emprego. Dessa forma, nota-se que os homens são responsáveis pelo trabalho concebido como produtivo, enquanto as mulheres pelo reprodutivo. Em adição, a divisão sexual do trabalho também pode ser uma explicação para o fato do número de jovens NEET aumentar proporcionalmente a idade, assim como o número de mulheres nessa condição que cuidam de filhos e vivem com cônjuges: a realização do trabalho reprodutivo é imposta a todas as mulheres, no entanto, é parte central dos papéis de mãe e esposa enquanto no caso dos homens, o papel esperado de um pai e/ou marido é o de provedor, ou seja, espera-se que esses homens realizem trabalho produtivo. Nesse sentido, há uma limitação na análise dos dados da PNAD-C: na categoria dos motivos para não se buscar emprego, há a categoria “problema de saúde ou gravidez”, no entanto, enquanto problemas de saúde são associados a ambos os gêneros, gravidez é uma questão especificamente associada à figura feminina. Ao colocar tais motivos em uma mesma categoria, torna-se difícil averiguar os efeitos da gravidez no contexto das jovens NEET.

Em relação ao motivo de não frequentar a escola, percebe-se o impacto da gravidez na adolescência sobre as oportunidades educacionais das meninas de 15 a 19 anos, na medida em que a gravidez é apontada como um dos principais motivos para não estudar. Neste dado transparece tanto a forma como a sobrecarga das mulheres com o trabalho reprodutivo limita suas oportunidades educacionais e de trabalho, quanto a necessidade de apoio aos mecanismos de escolha da mulher sobre o próprio corpo. Na faixa etária de 20 a

Os autores agradecem a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais pelo financiamento do projeto Impactos das Desigualdades Sociais sobre a Juventude Brasileira, que permitiu a pesquisa e apresentação do presente artigo

24 anos, destaca-se a ocupação com atividades domésticas e de cuidado como motivos para não estudar, reforçando novamente a ideia da divisão sexual do trabalho.

Também cabe pontuar o perfil descrito das jovens NEET e as relações históricas presentes nesse perfil, considerando não apenas o critério de gênero, mas também o racial. Define-se, portanto, um tipo específico de mulher escravizada, como:

[...] a escrava de cor criou para a mulher branca das casas grandes e das menores, condições de vida amena [...]. Cozinhas, lavava, passava a ferro, esfregava de joelhos o chão das salas e dos quartos, cuidava dos filhos da senhora e satisfazia as exigências do senhor (HAHNER, 1978 apud GONZALES, 1984, p.229).

A relevância de tal definição para o tema que a autora buscava explicitar está na definição do papel da mulher negra, sendo esse papel fortemente relacionado ao serviço doméstico. Nesse sentido, Gonzales (1984) responde a pergunta “como chegamos a esse estado das coisas?” com “o que parece é que a gente nunca saiu dele.” (GONZALES, 1984, p. 233). Assim, nota-se a permanência das mulheres pretas e pardas no espaço doméstico, o que pode ser verificado ao se observar que grande parte das jovens NEET sentem que o serviço doméstico e/ou de cuidados é o que impede a busca por emprego e que a maior parte das jovens NEET são pretas ou pardas.

No geral, conclui-se que há uma feminização da categoria jovens que não estudam e não trabalham de forma remunerada em Minas Gerais, ao excluir o reconhecimento do trabalho doméstico e de cuidado não remunerado como trabalho. Os dados colaboram com essa hipótese, seja pelo maior número de mulheres na categoria, seja pela relevância que os trabalhos domésticos e de cuidado demonstraram ter como frequentes determinantes dessa condição. No sistema capitalista, o acesso a grande parte dos serviços e produtos que interfiram positivamente no bem-estar e na satisfação pessoal é vinculado à capacidade de pagar por tais, assim como essa capacidade se associa à renda, que, para a maior parte das pessoas, se associa ao trabalho. Nesse sentido, a existência de um grupo de pessoas jovens que não estão empregadas e não procuram emprego por si já é problemática, pois sem um emprego, as chances de viverem em situações de pobreza é maior - o que foi comprovado, ao menos na sociedade mineira, com os dados que demonstram que, no geral, as jovens NEET vivem em domicílios com renda *per capita* significativamente inferior em comparação a população total de mulheres - e, portanto, o acesso mencionado será, muito provavelmente, menor. A questão da renda reforça a situação de dependência da mulher ao

Os autores agradecem a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais pelo financiamento do projeto Impactos das Desigualdades Sociais sobre a Juventude Brasileira, que permitiu a pesquisa e apresentação do presente artigo

homem, enquanto permanece a hierarquia entre a atividade produtiva realizada pelo sexo masculino e a atividade reprodutiva imposta ao sexo feminino.

Quanto à escolaridade, no grupo de 20 a 24 anos, há mais mulheres nas faixas de escolaridade mais baixas e menos nas faixas mais altas, em comparação à população de mulheres da mesma faixa etária, mostrando, novamente, a limitação das oportunidades escolares dessas mulheres. Já para as mulheres de 15 a 19 anos, a análise aponta para a necessidade de aprofundamento do estudo dentro da faixa etária, na medida em que, apesar da proporção de mulheres que não estudam e não trabalham na faixa mais baixa de escolaridade ser muito superior à da população da mesma idade, elas se concentram mais em um maior nível de escolaridade.

Em relação à localização do domicílio dessas mulheres, a maior proporção delas no espaço rural chama atenção para as desigualdades entre área urbana e rural em Minas Gerais. Além da limitação ainda maior das oportunidades educacionais e de trabalho no campo e da maior persistência da pobreza nesse espaço, a imposição do papel da mulher como responsável pelo trabalho reprodutivo fica ainda mais evidente na área rural.

Além disso, é importante pontuar a necessidade de mais estudos que investiguem a situação das jovens NEET. Em primeiro lugar, este trabalho cobre apenas a situação em Minas Gerais como um todo, sem considerar a variável “região”, que é de extrema relevância no pleno entendimento de qualquer questão em um estado tão desigual quanto Minas Gerais. Assim, estudos com dados nacionais, de outros estados e considerando as regiões mineiras são necessários para a compreensão e a elaboração de políticas públicas voltadas para jovens NEETs. Em segundo lugar, as variáveis escolhidas abordam questões diversas e complexas e, a partir do entendimento que a questão abordada é interseccional, trabalhos que abordem especificamente a situação de cada categoria abordada neste trabalho poderiam oferecer um panorama mais completo quanto à situação de cada grupo. Por fim, é pertinente pontuar que o acompanhamento dessas jovens em suas dimensões mais subjetivas - autoestima, percepção de futuro, entre outros - seriam interessantes em estudos para se analisar como a situação em que se encontram - longe do mercado de trabalho e dos estudos - as afetam.

Os autores agradecem a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais pelo financiamento do projeto Impactos das Desigualdades Social sobre a Juventude Brasileira, que permitiu a pesquisa e apresentação do presente artigo

REFERÊNCIAS

ABREU, Angélica. O trabalho doméstico remunerado: um espaço racializado. In: PINHEIRO, Luana et al. **Entre relações de cuidado e vivências de vulnerabilidade: dilemas e desafios para o trabalho doméstico e de cuidados remunerado no Brasil**. IPEA, 2021. Disponível em: <<https://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/11044>>. Acesso em: 13 ago. 2023.

CARDOSO, Guilherme; HERMETO, Ana. Detalhando o perfil de atividade dos jovens brasileiros que não estudam nem trabalham: o papel da busca por trabalho e dos afazeres domésticos. **Revista Brasileira de Estudos de População**, v. 38, 2021.

CIRÍACO, Juliane; ANJOS, Otoniel Rodrigues; OLIVEIRA, Celina Santos. Fatores associados às escolhas ocupacionais das jovens mulheres baianas/Factors associated with occupational choices of young Bahia women. **DRd-Desenvolvimento Regional em debate**, v. 8, n. 2, p. 47-67, 2018.

COMIM, Flávio; TILLMAN, Eduardo. Os determinantes na decisão entre estudo e trabalho dos jovens no Brasil e a geração nem-nem. **Pesquisa e planejamento econômico**, v. 2, n. 2, p. 47-78, ago. 2016.

DIEESE. **Trabalho Doméstico no Brasil**. 2022. Disponível em: <<https://www.dieese.org.br/infografico/2022/trabalhoDomestico.html>>. Acesso em: 08 mar. 2023.

ENRÍQUEZ, Corina. Economía feminista y economía del cuidado. Aportes conceptuales para el estudio de la desigualdad. **Nueva Sociedad**, mar./abr. 2015. Disponível em: <<https://nuso.org/articulo/economia-feminista-y-economia-del-cuidado-aportes-conceptuales-para-el-estudio-de-la-desigualdad/>>. Acesso em: 04 ago. 2023.

FEDERICI, Silvia. **O ponto zero da revolução: trabalho doméstico, reprodução e luta feminista**. São Paulo: Editora Elefante, 2019.

Os autores agradecem a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais pelo financiamento do projeto Impactos das Desigualdades Social sobre a Juventude Brasileira, que permitiu a pesquisa e apresentação do presente artigo

GONZALES, Lélia. Racismo e sexismo na cultura brasileira. **Revista Ciências Sociais Hoje**, São Paulo, p. 223-244, 1987.

HIRATA, Helena; KERGOAT, Danièle. **Cadernos de Pesquisa**, v. 37, n. 132, p. 595-609, set./dez. 2007. Disponível em:
<<https://www.scielo.br/j/cp/a/cCztcWVvvtWGDvFqRmdsBWQ/?lang=pt>>. Acesso em: 04 ago. 2023.

IBGE. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua** - PNAD 2019. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 07 jun. 2023.

IBGE. **Síntese de indicadores sociais**: uma análise das condições de vida da população brasileira. Rio de Janeiro: IBGE, 2022.

NOVELLA, Rafael et al. Millennials en América Latina y el Caribe: ¿Trabajar o estudiar? **Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID**, nov. 2018. Disponível em:
<<https://publications.iadb.org/es/millennials-en-america-latina-y-el-caribe-trabajar-o-estudiar>>. Acesso em: 13 ago. 2023.

SILVA, Paulo; MAYORGA, Cláudia. Jovem Nem Nem: Questionamentos a partir de Pesquisas sobre Juventude e Experiências de Jovens Pobres. **Estudos e Pesquisas em Psicologia**, v. 2, n. 22, 2022.

SIMÕES, Armando et al. Estudo Técnico n. 03/2013. Os Jovens que não estudam nem trabalham no Brasil: discussão conceitual, caracterização e evolução de 2001 a 2011. 2013.

WELTERS, Angela. Desigualdade de gênero e inatividade: um estudo sobre as jovens mulheres brasileiras. **Encontro Nacional sobre População, Trabalho, Gênero e Políticas Públicas**, Campinas, nov. 2019.

Os autores agradecem a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais pelo financiamento do projeto Impactos das Desigualdades Social sobre a Juventude Brasileira, que permitiu a pesquisa e apresentação do presente artigo